



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

# Minuta

**CONTRATO que entre si fazem a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA-CODEVASF e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na forma abaixo.**

A **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba-CODEVASF**, empresa pública federal, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo **Decreto nº 8.258, de 29 de maio de 2014**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601, Conjunto I, doravante denominada **CODEVASF**, , neste ato representada por pelo Superintendente Regional da 5ª SR, **Sr. JAMES MARLAN FERREIRA BARBOSA**, brasileiro, advogado, portador da CI nº xxx e CPF nº xxx, residente e domiciliado na cidade de Penedo – AL, CEP: 57.000 – 200, doravante denominada CODEVASF e a empresa **XXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXX**, estabelecida na **XXXXXXX**, Estado **XXXXXXX**, CEP **XXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **XXXXXXX**, (**qualificação**), portador da Cédula de Identidade nº **XXXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob o nº **XXXXXXX**, resolvem assinar o presente Contrato, de acordo com a autorização do Sr. Superintendente Regional da 5ª SR da Codevasf, constante à fl **XXX** do Processo nº 59550.000939/2018-28 que, que, na forma do art. \_\_\_\_ do Regulamento de Licitações da Codevasf, será regulado pelas cláusulas e condições seguintes e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado:

## 1. Cláusula Primeira - OBJETO

1.1.O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada, para fornecimento, transporte, carga e descarga de ração para peixe e camarão, para a produção de alevinos e pós-larvas e manutenção do plantel de reprodutores de peixes e camarões do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Itiúba – 5º CII, localizado no Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Itiúba, BR-101 km 247AL ,Povoado Castro s/n, município de Porto Real do Colégio-AL, sob responsabilidade da 5ª Superintendência Regional da Codevasf/5ª SR.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

1.1. Os serviços foram licitados através do Edital nº ...../2018 com base nas disposições da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, dos Decretos nº 3.722, de 09/01/2001, alterado pelo Decreto 4.485/02, Decreto nº 5.450 de 31/05/2005 e nº 2.271/97 e no Decreto 6.204/2007, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2008, na modalidade de Pregão Eletrônico.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado acima e à proposta vencedora, independentemente de transcrição. Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:

1. **Edital de Pregão Eletrônico nº ..... e seus Anexos;**
2. **Termos de Referência e Especificações Técnicas;**
3. **Proposta da CONTRATADA, e sua documentação, datada de .....;**
4. **Demais documentos contidos no Processo nº 59550.000939/2018-28.**

1.3. Em caso de divergência entre os documentos mencionados nos itens anteriores e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

## 2.0. **PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

2.1. O prazo máximo para entrega dos bens será de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO e NOTA DE EMPENHO pela licitante vencedora.

2.2. A solicitação, pela Codevasf, do fornecimento dos produtos licitados, poderá ser realizada de forma parcelada.

2.3. Os bens objeto desta licitação deverão ser entregues no local definido no item 4.1 do Anexo I – Termo de Referência e seus Anexos, que integra este edital.

2.3.1. O quantitativo previsto representa uma expectativa de aquisição e entrega, podendo sofrer, desta forma, supressões.

2.4. A contratada deverá contatar o Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Itiúba – 5ª CII da Gerência Regional de Revitalização de Bacias Hidrográficas da CODEVASF, fone (82) 98899-5642, no horário das



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

8h às 12h e das 13h30 às 17h30, em dias úteis, para informar com antecedência mínima de 24 horas o dia e a hora prevista da entrega.

2.5. O meio de transporte e o acondicionamento dos bens devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

2.6. O transporte, carga e descarga dos bens, objeto deste Pregão Eletrônico, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.

2.7. Todos os equipamentos objeto a licitação devem vir acompanhados de manual de operação em português

### 3.0. CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### 4.0. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários correrão à conta do programa de trabalho nº xxx, conforme **Nota de Empenho nº .....**, emitida em .....

4.2. A indicação da dotação orçamentária somente é exigida para a formalização do Contrato ou instrumento equivalente, conforme estabelecido no art. 7º, § 2º do Decreto n.º 7.892, de 23/01/13.

### 5.0. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante na forma disposta no Termo de Referência, **item 12**, e observará, também, os requisitos seguintes.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF

5ª/Assessoria Jurídica

- 5.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 5.2.1. Ficam excluídos da hipótese referida no subitem anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 5.3. Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.
- 5.4. Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 22.2, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$AM = P \times I$ , onde:

AM = Atualização Monetária

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1 + IM1/100) \times (1 + im2/100) \times (1 + imn/100) \times (1 + i)^d - 1$ , onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

- 22.4.1. Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.
- 22.4.2. Quando utilizado o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
- 22.4.3. Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.

## 6.0. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA

- 6.1. O prazo de garantia contra defeitos de fabricação será exigido de acordo com a Lei nº 8.078/90.
- 6.2. Durante o período de garantia contra defeitos de fabricação, a contratada obriga-se a efetuar, sem ônus para o CODEVASF, a substituição do objeto que



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da notificação.

- 6.3. A CONTRATADA será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos decorrentes do fornecimento contratado.
- 6.4. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CONTRATANTE, para reparação desses danos ou prejuízos.
- 6.5. Todo o equipamento entregue deverá apresentar atestado de garantia do licitante fornecedor.
- 6.6. A(s) licitante(s) vencedora(s) responsabilizam-se, por si e por seus sucessores, pela garantia de que todos os bens fornecidos são novos, sem uso e livres de defeitos de projetos, de fabricação ou de material, obrigando-se a garanti-los integralmente nas condições estabelecidas nas especificações técnicas respectivas, no prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data da sua entrega à CODEVASF, conforme subitem 5.2 deste Termo de Referência, ou prazo superior fixado pelo fabricante, o qual deverá estar expresso na proposta. Em caso de não atendimento à garantia, quando constatada no momento apropriado da entrega, o fornecedor, além de multas, deverá efetuar o ressarcimento dos prejuízos de acordo com a legislação vigente.

## **7.0. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 7.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **8.0. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

- 8.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital e Termo de Referência.

## **9.0. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

- 9.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 111 do Regulamento de Licitações da Codevasf, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital e Termo de Referência.
- 9.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 9.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

9.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.3.3. Indenizações e multas.

#### 10.0. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

10.1. É vedado à CONTRATADA:

10.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

10.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### 11.0. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

11.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### 12.0. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

12.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, Lei 13.303, de 2016, Regulamento de Licitações da Codevasf e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 13.0. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

13.1. A **Codevasf** providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do § 2º, art. 109 do Regulamento de Licitações da Codevasf.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF

5ª/Assessoria Jurídica

**14.0. Cláusula DÉCIMA SEXTA – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE**

- 14.1. A Contratada deverá apresentar quando da assinatura do contrato o Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, devidamente assinado, conforme modelo constante do Anexo V do Edital, sendo condição essencial para a referida assinatura.
- 14.2. O descumprimento do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, constante do Anexo IV do Edital, por empregado da empresa contratada, deverá ser comunicado formalmente ao representante legal da referida empresa.

**15.0. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

- 15.1. Fica eleito o Foro da *Justiça Federal da Seção Judiciária de Maceió/AL*, para dirimir questões oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., ..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
**Sr. JAMES MARLAN FERREIRA BARBOSA**

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1-  
2-



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

---